

## Os mercados vão salvar as florestas?

### *REDD em Debate*

*Thomas Fatheuer, Fundação Heinrich Böll*

A questão do desmatamento é hoje o assunto mais importante nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas. Cerca 20% das emissões globais de CO<sub>2</sub> são causadas por este vilão. Esta descoberta colocou novamente as florestas tropicais e a Amazônia no foco das discussões mundiais. E a preservação das florestas foi descoberta como talvez a maneira mais fácil e mais barata para impedir que se atinja um nível perigoso de mudanças climáticas. O complexo floresta – mudanças climáticas dentro do contexto das negociações internacionais sobre um novo acordo internacional (Pós – Kyoto ou Pós-2012) ganhou a sigla REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação).

Para os defensores de um acordo global que inclui florestas num novo regime climático internacional, REDD oferece uma chance única: mobilizar uma enorme quantidade de recursos internacionais para a proteção de florestas e para os povos que vivem nelas. O financiamento de um programa global de REDD deveria ficar entre US\$ 15 e 30 bilhões por ano. Conforme os defensores deste mecanismo, os ganhos potenciais são quase imensuráveis: além de proteger as florestas, REDD poderia promover o bem-estar das comunidades indígenas e a preservação da biodiversidade. Além disso, acabaria com uma das grandes injustiças internacionais: a de que as comunidades que preservam seus recursos naturais não sejam remuneradas pelos serviços ambientais que prestam para sua região, para seu país e para o mundo. Então, não é surpreendente que muitos atores na Amazônia estejam sendo atraídos pelas promessas de REDD e comecem a elaborar propostas.

Mesmo assim, o novo mecanismo já provoca muitas críticas. Na última reunião sobre mudanças climáticas em Poznan, na Polônia (Dezembro de 2008), era fácil ouvir representantes de povos indígenas defenderem ou criticarem as propostas de REDD. E por que uma proposta que aparentemente possibilita tantos benefícios é objeto de tamanha polêmica?

#### **Como financiar REDD - mercados podem salvar as florestas?**

Ninguém de bom senso pode ser contra as intenções de REDD – reduzir o desmatamento. A polêmica começa na questão de como financiar tudo isso. Algo coisa entre US\$ 15 e 30 bilhões não é pouca coisa – e certamente muito mais que o financiamento atual de programas e projetos nas áreas de florestas tropicais.

Para a maioria dos seus defensores, só existe uma maneira segura de arrumar tanto dinheiro: incluir a redução de emissões através da redução de desmatamento num mercado internacional de carbono. Isso quer dizer, países (ou projetos) que diminuem, através da redução de desmatamento, as emissões de CO<sub>2</sub>, ganham créditos que serão vendidos num mercado internacional de carbono. No entanto, este mercado só funcionará se os países “desenvolvidos” puderem comprar estes créditos em vez de diminuir suas emissões. Na linguagem internacional, estes mecanismos estão sendo chamados de “offset”. E aí é a complicação: em vez de reduzir as suas emissões, os países industrializados compram créditos dos países com florestas.

Os defensores do novo mercado argumentam que os países industrializados poderiam usar os créditos do REDD para alcançar reduções mais arrojadas (40% em vez de 20%), mas nada garante que isso acontecerá. E, com a conjuntura atual, parece bem mais provável que REDD acabaria servindo para afrouxar as metas de redução dos países industrializados.

A proposta de financiar este mecanismo através de um mercado internacional de carbono traz outro problema: a vida das comunidades indígenas dependerá de um mercado internacional, com suas incertezas e suas mudanças imprevisíveis. E o mundo aprendeu no ano de 2008 uma dolorosa lição sobre “os mercados”.

**REDD e a participação indígena**

Nenhuma proposta de REDD pode ser implementada sem a participação indígena. E esta participação não pode ser restringida aos povos indígenas: tem que incluir ainda as comunidades tradicionais e os pequenos produtores rurais que dependem dos recursos naturais das florestas. Ainda, a participação deveria incluir todos os aspectos de REDD – não somente as detalhes de implementação. Em Poznan era possível observar o óbvio: os povos indígenas e outras comunidades eram marginalizados, a discussão está na mão de grandes agências internacionais (Banco Mundial, CIFOR) e ONGs conservadoras (TNC, Environmental Defense Fund e outros) e já virou um assunto de especialistas. Precisamos de uma ampla discussão sobre este novo mercado que não está predeterminado pela busca de adesão a propostas específicas.

**Quem será o beneficiado principal por REDD?**

Observando as inúmeras brochuras de propaganda sobre REDD a resposta é clara: os povos indígenas e as comunidades tradicionais seriam os principais beneficiados. Entretanto, olhando melhor as propostas, a questão não parece assim tão óbvia. Há um problema de lógica: o objetivo de propostas de REDD é diminuir o desmatamento, mas os povos indígenas não são os responsáveis por ele. Steve Wonder, um dos principais formuladores de REDD, marca bem este conflito: “A maior parte das compensações de REDD deve ser destinada às pessoas que seriamente planejam de desmatar. Se não, corre o risco de ser mais um mercado cercado de boas intenções na teoria, promovendo propaganda para os compradores, mas que não vai ser capaz de alcançar reduções reais”. Wonder define “o cara que quer comprar uma motosserra” como o ideal “cliente” de REDD.

Na discussão atual, atores que defendem o mecanismo como um grande benefício para os povos indígenas, correm o sério risco de promover uma proposta que pode vir a financiar e compensar principalmente os grandes desmatadores.

**REDD tem que atacar as verdadeiras causas de desmatamento**

As propostas de REDD visam, em primeiro lugar, estabelecer um mecanismo financeiro para honrar atores que diminuem ou evitam novos desmatamentos. Porém, as causas de desmatamento são múltiplas. Obviamente, não é suficiente somente pagar os que preservam a floresta para reduzir o desmatamento. Especialmente numa área do tamanho da Amazônia, políticas públicas coerentes de proteção de florestas e promoção do bem-estar das suas populações são fundamentais para uma redução sustentável do desmatamento. Uma política de REDD no nível de projetos ou baseada num mecanismo de mercado vai enfrentar grandes dificuldades em financiar políticas públicas abrangentes (incluindo saúde e educação) para Amazônia.

Mas existem alternativas mais promissoras do que um mecanismo financiado pelo mercado. O governo brasileiro está propondo e promovendo um fundo (Fundo Amazônia) para reduzir o desmatamento. Na conferência de Poznan, o governo anunciou metas de reduzir o desmatamento até 2017. O governo da Noruega já contribuiu para este fundo. A proposta ainda deve ser melhor discutida pela sociedade civil, mas já mostra que não somente os mecanismos do mercado podem financiar um programa abrangente como REDD.